

[SEGUNDA VERSÃO DO ARTIGO]

Redes Sociais Digitais e o Espaço Urbano

A Internet apresenta-se na sociedade contemporânea como um verdadeiro canal de informação, permitindo, entre outras tantas tecnologias, a ascensão e consolidação das redes sociais e de práticas de comunicação virtual. Neste contexto, tais meios de interação são importantes para troca e compartilhamento de dados e informações, divulgação de marcas, campanhas, eventos e estabelecimentos comerciais e de entretenimento, serviços, discussões sobre questões públicas e políticas, manifestações, formação de grupos, entre outras utilizações mais que diversificadas. É neste mesmo espírito de liberdade e diversidade inerente à Internet e às redes sociais digitais (RSD) que este trabalho busca estudar e analisar de que forma a cultura das interações em RSD interferem no espaço urbano, promovendo novos usos e apropriações, novas dinâmicas e comportamentos para com os espaços e, em alguns casos, o próprio direito à cidade, pois as RSD passam a formar um elemento cada vez mais importante da cultura contemporânea, que por sua vez é cada vez mais (ou quase totalmente) urbana. Nesta análise da relação cidadão versus espaço urbano/cidade, pretende-se observar alguns estudos de caso de movimentos e coletivos que se organizam virtualmente realizando ações com impacto sobre a *urbis*.

1 - Introdução

Contrapondo-se à grande mídia e situada na era da informação, a Internet, uma rede mundial de computadores nascida há mais de 25 anos, permitiu, entre outras tantas tecnologias, a ascensão e consolidação das redes sociais e de ferramentas de comunicação virtual. O surgimento do que se convencionou chamar Internet 2.0 (ou *web 2.0*), a partir da primeira década do século XXI, possibilitou expressiva melhora na interação e facilidade de produção de conteúdo por qualquer pessoa interessada nisso. A Internet permitiu a consolidação destes meios como os mais importantes para troca de dados e informações, divulgação de campanhas, eventos e estabelecimentos comerciais e de entretenimento, promoção de discussões e debates virtuais, questões públicas, manifestações, passeatas, comercialização de produtos e serviços, formação de grupos, envolvendo um conjunto destes e tantas outras utilizações mais que diversificadas. Prova da relevância alcançada está na intenção de alguns países em aplicar leis restritivas e de vigilância extensiva sobre a rede mundial, como o SOPA e PIPA, refletindo em muitos casos o temor dos respectivos governos na organização virtual de redes opositoras, respaldadas e protegidas pela liberdade inerente à Internet¹.

Existem, neste contexto libertário, vários exemplos que reforçam a sua essência, como a cultura *hacker*, a comunidade software livre produzindo aplicativos computacionais de código aberto e a questão dos *Creative Commons* (SILVEIRA, 2008). É neste mesmo espírito de liberdade inerente à Internet, e conseqüentemente às redes sociais digitais, que o presente trabalho almeja estudar e analisar a forma e o grau em que estas redes sociais digitais (RSD) interferem e promovem o direito à cidade e o reencontro do cidadão com os espaços urbanos, pois as RSD passam a formar um elemento cada vez mais importante da cultura contemporânea, que por sua vez é cada vez mais (ou quase totalmente) urbana.

2 - Referencial Teórico

Segundo Milton Santos (SANTOS, 2002, p. 74) “o papel do espaço muitas vezes passa despercebido ou não é analisado em profundidade. [...] O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. “

Qualificar e tornar estes espaços cotidianos mais humanos e atraentes configuram-se hoje como um grande desafio das administrações públicas nas grandes cidades, passan-

¹ Há de se observar aqui o caso das recentes revoluções em países árabes e do controle constante sobre a Internet exercido pelo governo chinês.

do de forma intrínseca pelo **direito à cidade** (LEFEBVRE, 2001). Para Baumman (2001, 70), “a consequência prática do apelo aos ‘direitos humanos’ e da busca do reconhecimento [como cidadão] é uma situação envolvendo sempre novas frentes de batalha e um traçar e retraçar das linhas divisórias que propiciarão conflitos sempre renovados”.

É no apelo coletivo em oferecer o real direito à cidade, naturalmente suposto por este mesmo apelo aos direitos humanos citados por Baumman (2001), que a proposta deste trabalho se concentra. E nestes novos conflitos de ocupação coletiva e aberta do espaço urbano, sem a separação exata entre público e privado, seja ela física ou psicológica, realiza-se uma análise inicial da relação da sociedade com tais espaços a partir das interações iniciadas em ambientes virtuais, como as redes.

São estes espaços urbanos, agora reencontrados através da virtualidade, os locais de busca cidadã por suprir algumas de suas necessidades básicas – atividades lúdicas, alimentação, repouso, saúde, lazer e ócio –, mas também sua necessidade de conforto, de mobilidade, de convívio e bem estar social. O lugar onde o cidadão vive, ou seja, seu território, engloba muito mais do que o espaço geográfico, e a relação do cidadão com este território pode fortalecer ou enfraquecer sua percepção de comunidade, no sentido discutido por Baumman (2001). Neste novo contexto de virtualidades, a percepção e a experiência sobre os espaços deixa de ser somente presencial, passando a sofrer grande influência das interações realizadas e apreendidas através das redes sociais, mas, principalmente, sendo estas redes com suas interações a base para alcançar presencialmente estes espaços, modificando os seus usos, paisagens, edificações e aparências. Para Castells (2008), a questão da *esfera pública* se desloca da centralidade de instituições nacionais territorialmente delimitadas para um sistema midiático baseado em redes de comunicação que relacionam muitos para muitos numa escala global através do envio e recebimento de mensagens de maneira multimodal que ultrapassa a comunicação de massa e o controle governamental. Neste sistema, os atores não governamentais, não corporativos ou empresariais, passam a ter maior influência sobre a formação de opinião da sociedade, tornando híbrida a esfera pública, que passa a incorporar os espaços virtuais e geográficos, assim como mídias tradicionais e sociais (PEREIRA *et al*, 2012) .

Segundo Lemos (2011), os meios virtuais são hoje um importante instrumento de transformação social, com influência direta na democracia. Lemos cita por exemplo o caso da Islândia², um país que está discutindo virtualmente sua nova constituição. Um exemplo próximo também acontece em Salvador, onde a Câmara de Vereadores propõe a coleta de propostas, assim como debate, através de meios digitais de comunicação, sobre a Reforma da Lei Orgânica do Município (LOM)³, divulgando a mesma e recebendo virtualmente contri-

² Sítio virtual de discussão sobre a Constituição da Islândia, usando uma rede social: <http://www.facebook.com/Stjornlagarad>

³ Reforma da Lei Orgânica do Município: <http://www.cms.ba.gov.br/lom.aspx>.

buições da sociedade civil. Tais ações exemplificam como o uso de redes sociais digitais *pode* contribuir na direção de práticas democráticas - são fatos que retratam situações nas quais o conhecimento é difundido, discutido, circulado, podendo (não existe garantia), de alguma forma, prover um retorno benéfico à sociedade, seja através de intervenções e ações estruturantes sobre a *urbis*, seja através do compartilhamento do capital social (PORTES, 2000).

2.1 Aspectos dos Conceitos de Comunidade ao contemporâneo virtual

Entre os meios virtuais de impacto direto nas sociedades contemporâneas, surge o conceito de comunidades virtuais. Dentro do processo de constantes transformações a que está submetida a sociedade, o termo comunidade tem assumido diferentes significados e abrangências. As comunidades reinventam-se, revigoram-se ou se extinguem. Ainda sim, as comunidades nascem, naturalmente ou por indução de algum fator externo. Acontece assim toda uma dinâmica de criação e recriação das comunidades (PERUZZO, 2002), ora tradicionais, ora contemporâneas. Ainda segundo PERUZZO:

O termo comunidade passa a ser utilizado, nos anos recentes, em várias perspectivas e sem rigor conceitual. Tem servido para referenciar qualquer tipo de agregação social, por vezes, servindo mais como termo ou expressão decorativa visando chamar a atenção ou passar um “ar” de atualidade. Tem sido usado na tentativa de explicar fenômenos os mais diversos. Por vezes é empregado como sinônimo de sociedade, organização social, grupos sociais ou sistema social. É também utilizado para designar segmentos sociais como por exemplo, comunidade universitária, comunidade negra, comunidade religiosa, comunidade de informação, comunidade científica, comunidades dos artistas etc. Usa-se o termo comunidade, ainda, para caracterizar agrupamentos sociais situados em espaços geográficos de proporções limitadas¹ (bairro, vila, lugarejo) e para designar grupos de interesse afins, interconectados na rede mundial de computadores, chamados de “comunidades virtuais”, entre outros.

Recuero apresenta uma conceituação sobre tais comunidades, e elenca os elementos que caracterizariam as comunidades modernas: “o sentimento de pertencimento, a territorialidade, a permanência, a ligação entre o sentimento de comunidade, caráter corporativo e emergência de um projeto comum, e a existência de formas próprias de comunicação” (RECUERO, 2001, p. 3). Acrescenta ainda que o “sentimento de pertencimento, ou “pertença”, seria a noção de que o indivíduo é parte do todo, coopera para uma finalidade comum com os demais membros (caráter corporativo, sentimento de comunidade e projeto comum); a territorialidade, o locus da comunidade; a permanência, condição essencial para o estabelecimento das relações sociais” (RECUERO, 2001, p. 4).

Peruzzo, por sua vez, traz um histórico resumido da evolução do conceito de comunidade e apresenta novas características que poderiam definir uma comunidade virtual (PERUZZO, 2002): a) Participação; b) Sentimento de pertença; c) Caráter cooperativo e de compromisso; d) Confiança; e) Identidades; f) Reconhecer-se como comunidade; g) Alguns objetivos e interesses comuns, mas não todos; h) **Alguns tipos de comunidades são voltados para o bem-estar social e ampliação da cidadania. São portadores de algo em**

comum: igualdade e justiça social; i) Interação; j) Com ou sem lócus territorial específico; l) Possuir uma linguagem comum.

Quando destacamos o item h), pretendemos evidenciar, neste sentido, movimentos em torno da construção de novos valores dentro da sociedade urbana. Peruzzo procura mostrar na perspectiva dos movimentos sociais a relevância destas “novas” comunidades e contextualizá-las no momento atual. Neste processo em que o conhecimento (tácito, cotidiano, técnico, acadêmico, entre tantos outros), a experiência e a prática circulam, difundindo e empoderando o indivíduo sobre o seu espaço, as redes sociais surgem como uma ferramenta específica, mas de grande alcance. Segundo Marandola e Del Gallo (2009), é na cooperação dos membros das redes sociais, sejam elas virtuais ou não, que o coletivo encontra a possibilidade de se fortalecer e estruturar, funcionando como importante mecanismo de circulação do capital social (PORTES, 2000).

Em ambas as caracterizações sobre comunidades virtuais, as questões de pertencimento e da territorialidade são evidenciadas, sendo necessário um debate mais aprofundado sobre tais pontos intrínsecos ao tema deste trabalho. Tanto em Santos (2001) como em Riceto (2008), estas duas questões são debatidas e mostram a relevância do tema para o cidadão quando o segundo cita e diz: *“Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, e portanto da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar”* (RICETO, 2008, p. 149).

Esta capacidade de se localizar e se deslocar consegue ser significativamente aumentada e refinada quando justamente o contato e o deslocamento pelos espaços públicos se dão em escala humana (meios não-motorizados) e, segundo Riceto, acima de tudo, quando o indivíduo quer e sente-se reconhecido no território: *“A territorialidade diz respeito a esse sentimento, ou seja, o de pertencimento a um território”* (RICETO, 2008, p. 149).

Considera-se aqui a pertinência das redes sociais como veículo para desenvolver esta territorialidade nos cidadãos, assumindo-se que estas redes são mecanismos de difusão de informações. Tal assertiva está associada ao conceito de Castells (2009), que concebe rede como “um conjunto de nós interconectados. Nó é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. [...] São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação”

(1999, p. 498). Neste contexto contemporâneo, um dos objetivos do estudo de redes sociais é justamente analisar relacionamentos entre entidades sociais e os padrões e implicações desses relacionamentos (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Ainda na busca de compreensão das redes sociais, Stotz (2009, p. 31) afirma que uma rede social se configura por meio de uma ação coletiva resultante de um processo social mais amplo a partir “de relacionamentos sociais para os quais não existe fronteira comum”. Por outro lado, Marteleto (2009, p. 45) evidencia que as redes sociais podem ser entendidas como “aquelas tecidas no cotidiano das relações, desejos, interesses e expressões dos sujeitos coletivos”. As redes sociais são estruturas abertas e tendem a expansão, “a partir do compartilhamento de códigos, valores ou objetivos de desempenho” (LARA; LIMA, 2009, p. 631), por meio de seus integrantes/membros, gerando novos relacionamentos.

Busca-se assim observar a influência destas redes sobre o contato (e reencontro) dos cidadãos com os espaços e meios urbanos (públicos ou privados), procurando analisar meios e formas em que ele, o cidadão, usa e se apropria (ou se “*reapropria*”) do espaço público e do espaço intra-urbano de modo geral que, em teoria, lhe pertenceram. Percebe-se assim que as RSD podem possuir um papel cooperativo e agregador, levando ao cidadão conhecimento para que este tenha a possibilidade de: 1 - estabelecer contato com os espaços urbanos possíveis (espaços aptos, minimamente qualificados, sociáveis: praças, calçadas, parques, espaços culturais, estações) (meios de transporte não seriam espaços, mas antes possibilitam o uso e o acesso ao espaço), mas muitas vezes desconhecidos ou ignorados, ou mesmo considerados “impróprios” por puro preconceito; 2 – diversificar a utilização dos meios de transporte existentes, modificando a maneira de ter acesso aos espaços da cidade; 3 - ser um agente multiplicador das informações acerca destes espaços urbanos, influenciando na sua ocupação e utilização. Assim, a partir das informações divulgadas e experiências externalizadas em RSD é possível ampliar e transformar a cultura dos usos e apropriações dos espaços urbanos e seus respectivos meios de acesso.

3 - Exemplos Observados

Existem hoje diversas iniciativas de espaços virtuais que buscam promover a cidadania e o direito à cidade abordando os temas relativos ao espaço urbano de forma generalista, ou que promovem, discutem e realizam ações sobre pontos específicos, como mobilidade, limpeza e paisagismo comunitário. Entre estes é possível citar iniciativas brasileiras com o propósito específico de criar redes sociais em prol de discussões e ações sobre os espaços urbanos ou do direito aos mesmos. A seguir apresentamos uma listagem (não exaustiva) de projetos e iniciativas brasileiras consideradas relevantes para análise neste trabalho, procurando detalhar suas características. Os dois primeiros casos trazem

projetos que tratam de forma geral diversas questões cotidianas como: meio-ambiente, mobilidade urbana, segurança, cultura, lazer, esportes, educação, saúde, bem-estar, entre outros. Os três últimos possuem escopos específicos de atuação.

I - Projeto PortoAlegre.cc - <http://www.portoalegre.cc/>



Figura 1. Interface cartográfica para interação com o usuário no projeto PortoAlegre.cc

Apresenta uma aplicação de cartografia digital aberta para todos os inscritos no sítio permitindo que cada usuário crie, de forma georreferenciada, uma causa. Para este projeto, o conceito de “causa” engloba: relatos sobre acontecimentos negativos como roubos e furtos, surgimento de problemas nas vias como vazamentos e buracos, instrumentos públicos fora de funcionamento, notificação e/ou organização sobre eventos/encontros esportivos, de lazer, para recuperação de áreas não assistidas pelo governo público. A partir destas interações, é possível construir de forma participativa e colaborativa um mural georreferenciado da cidade de Porto Alegre onde os cidadãos conseguem, de forma mais detalhada e apurada, documentar problemas e atividades na cidade. Com isto, o poder público tem a possibilidade de mapear e corrigir alguns dos problemas expostos, ou planejar mudanças que tragam a solução para tal. Por outro lado, cidadãos que não possuem laços na vida real, podem criar conexões virtuais entre si que permitem interações e intercâmbio de informações, permitindo ter conhecimento sobre ou organizar eventos e atividades coletivas que dinamizam o uso e a constituição destes espaços urbanos. Este projeto é patrocinado pela Prefeitura da Cidade de Porto Alegre em parceria com uma universidade local e outras organizações, as quais, juntas, realizam em paralelo diversas oficinas para

utilização de ferramentas digitais ⁴.

II - Projeto Cidade Democrática - <http://www.cidadedemocratica.org.br/>

Esta iniciativa é composta de um sistema de interações em rede que basicamente trabalha com dois conceitos: propostas e problemas relativos ao cotidiano das cidades. Assim, os participantes do projeto podem criar registros escolhendo um dos dois conceitos, além de indicar a localidade e/ou estado em que o problema ou proposta se aplicam. Define-se em seu próprio site como “uma plataforma de participação política, onde cidadãos e entidades podem se expressar, se comunicar e gerar mobilização para a construção de uma sociedade cada vez melhor”.

Procura promover a interação entre o cidadão, gestores públicos e entidades como Ongs, movimentos sociais, empresas, faculdades/ universidades e o poder público, no sentido de, majoritariamente:

- Criar e divulgar propostas e problemas e iniciar uma conversa com outros atores sociais, fornecendo apoio, ideias e informações sobre as mesmas;
- Reconhecer comunidades de colaboração e formar redes de pessoas e entidades que atuam em certos temas e locais;
- Criar o seu “observatório” para seguir e participar de discussões sobre os assuntos e as localidades que lhe interessam.



Figura 2. Site do projeto Cidades Democráticas

Embora permita a contextualização estado/cidade através de formulários, a interface de interação é basicamente textual, sem recursos cartográficos. No entanto, a partir de

⁴ No *blog* do projeto podem ser observados os relatos e documentação gerada sobre algumas oficinas sobre cidadania em rede foram documentadas.

diversas interações dentro da própria rede do Cidade Democrática, novas ideias de possibilidades e interfaces para interação surgiram, permitindo que uma nova aplicação para telefones celulares fosse definida e desenvolvida de forma coletiva, seguindo a ideia de cocriação (ou *crowdsourcing*). Com esta interface, as possibilidades de interações passam a ter maior portabilidade e facilidade de uso, permitindo que os cidadãos interajam de forma mais dinâmica.

III - Projeto Bikelt - <http://www.bikeit.com.br/>

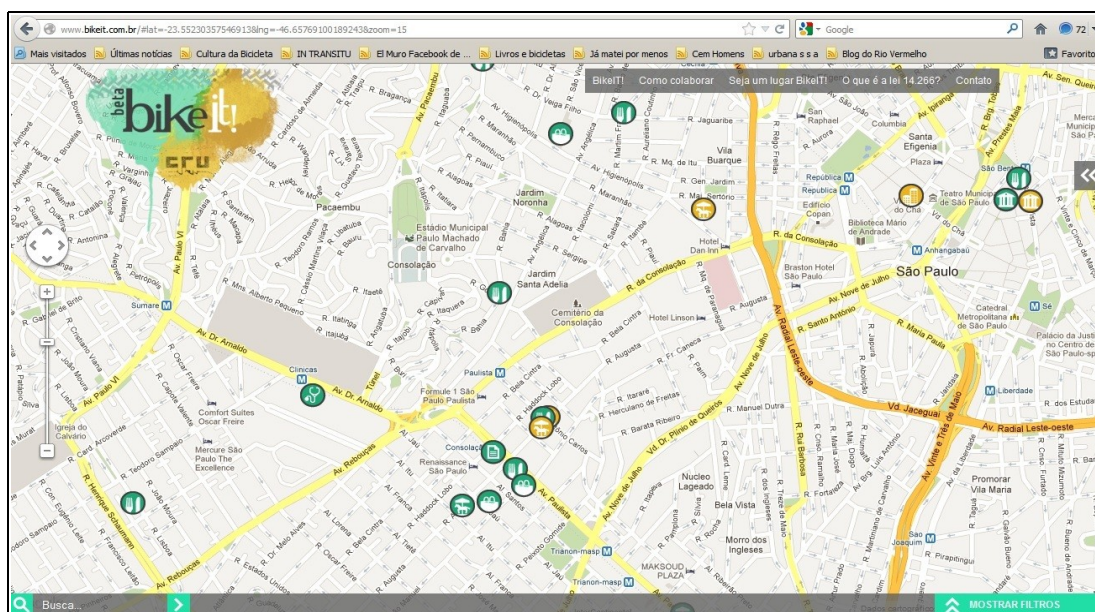


Figura 3. Site do projeto Bike IT

Projeto colaborativo destinado a estimular a boa relação entre o ciclista e os estabelecimentos de sua cidade. Através de postagens virtuais e utilizando uma interface de mapas digitais georreferenciados, o usuário do site pode divulgar estabelecimentos culturais, de comércio, lazer, serviços ou restaurantes que são acolhedores e simpáticos aos usuários de bicicleta no espaço urbano, oferecendo estrutura para as mesmas. O site certifica através da votação de outros usuários a informação publicada, concedendo ao estabelecimento um selo de “amigo” da bicicleta ⁵. Desta forma, promove e dignifica a bicicleta como um meio de transporte, modificando o uso do espaço urbano, seja ele público ou privado. Com esta iniciativa, outros estabelecimentos podem ser incentivados a oferecer a mesma estrutura, incrementando a mudança no uso cotidiano da cidade. A grande diferença está na forma de tornar públicos os locais com tais características, utilizando de interações que acontecem a partir de uma rede virtual de usuários que tanto indicam como ratificam a indicação de um estabelecimento “amigo” da bicicleta.

5 Conceito de *BikeFriendly*

IV - Bicicletada Massa Crítica Salvador - <http://www.bicicletadasalvador.blogspot.com.br>

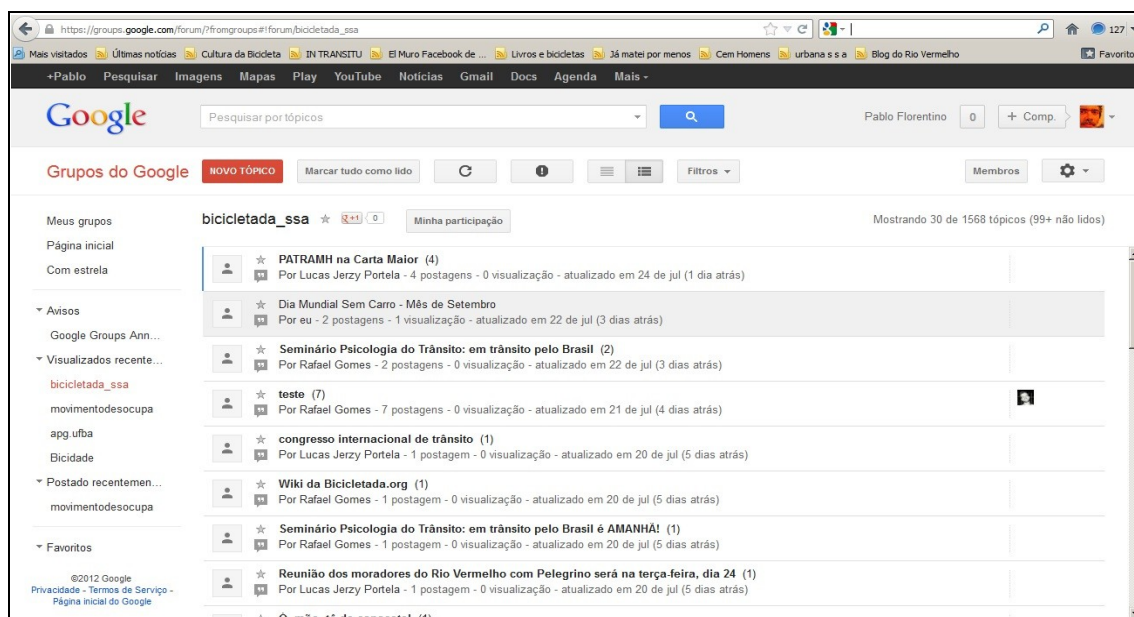


Figura 4. Troca de mensagens eletrônicas na lista da Bicicletada Salvador

O exemplo da Bicicletada Massa Crítica, uma manifestação mensal, pacífica e festiva a favor do uso das bicicletas nas cidades, em especial aquela organizada em Salvador, mostra como o uso do espaço urbano para locomoção através de bicicletas teve um grande incremento na classe média desta cidade a partir das interações iniciadas em espaços virtuais e que se transformaram em cidadãos que passaram a adotar este modal para transporte diário, mudando de forma relevante a ocupação das pistas de rolamento. Neste caso, as plataformas digitais de redes sociais utilizadas são diversas como: listas de e-mails, redes de blogs, GoogleTalk, fóruns em redes sociais (Facebook, Twitter, entre outros).

A partir das interações nestas redes, pessoas desconhecidas entre si, que tinham algum tipo de afinidade pelo tema da bicicleta (interesse em organizar eventos à favor da bicicleta como meio de transporte ou em simplesmente voltar a se deslocar na cidade utilizando a bicicleta), passaram a ter contato e colaborar de diversas formas no mundo real. Muitas das pessoas mais experientes passaram a orientar os mais novatos sobre detalhes referentes ao uso da bicicleta dentro do espaço urbano, informando sobre os equipamentos mais indicados, as melhores práticas de condução da bicicleta, as leis de trânsito que regem os transportes não motorizados, as vestimentas mais apropriadas. Este tipo de troca permitiu que houvesse um incremento visível no número de cidadãos de classe média que adotam esta modalidade de transporte, começando, lentamente, um abandono do carro como meio de locomoção urbana e, talvez o mais simbólico, reaproximando as pessoas dos espaços urbanos compartilhados.

Além disso, novos eventos e manifestações coletivas a favor da bicicleta foram

decididos e organizados através destas plataformas virtuais, permitindo que as discussões sobre a problemática da bicicleta nas vias de trânsito fossem amplamente divulgadas em diferentes tipos de mídias tradicionais, dando uma maior visibilidade para a questão. A partir destas interações, novos grupos surgiram no intuito de utilizar a bicicleta especificamente em momentos culturais, de lazer e encontros sociais ou em promover o uso da mesma pelo sexo feminino. Entre estes, podemos citar: Meninas ao Vento (Salvador), Coletivo Nuvem (Rio de Janeiro), Passeio Completo (Rio de Janeiro). Todos representam formas de organização de coletivos que reinventam e incrementam o uso do espaço urbano, agregam simpatizantes e entusiastas antes desconhecidos, e que seriam impossíveis sem as redes sociais.

V - Projeto Canteiros Coletivos -

<http://www.facebook.com/groups/coletivodecanteiro/>

Projeto nascido a partir de discussões sobre problemas da cidade e possíveis soluções em um fórum da rede social *Facebook*. Basicamente formado por um grupo de moradores de Salvador interessados em recuperar canteiros urbanos com as próprias mãos, organizando mutirões de plantio e intervenções artísticas nas áreas construídas ao redor das ações, mobilizando grupos locais para continuação da manutenção dos espaços. Iniciado ainda no primeiro semestre de 2012, já realizou ações contínuas e espontâneas em diferentes bairros da cidade, com diferentes características socioeconômicas.



Figura 5. Fórum do projeto Canteiros Coletivos

A organização e convocatória de voluntários se deu exclusivamente pelas redes sociais. Com as interações geradas a partir das fotografias e relatos textuais, novos voluntários tiveram conhecimento sobre o projeto e passaram a participar das ações. O

coletivo tem sido convidado para participar de atividades com diversos parceiros como o Teatro Solar Boa Vista e o Instituto de Permacultura da Bahia.

4 - Desdobramentos e Análises

Estes projetos virtuais possuem escopos, dinâmicas e funcionalidades diferentes, o que irá influenciar diretamente no número de participantes, na intensidade e qualidade das interações e nos desdobramentos em impactos nas estruturas físicas e influências no espaço urbano e seu uso. Entre os exemplos observados, podemos perceber características comuns na temática entre o I e o II (mais abrangente), e entre o III e o IV (específico para mobilidade através da bicicleta). Em relação à tecnologia, tanto o exemplo I como o exemplo III utilizam de mapas digitais, disponibilizando assim não somente informações textuais, mas também, informações visuais. Foi possível observar também os instrumentos de motivação para participação, como o oferecimento de canais diversos de interação e compartilhamento em redes sociais como *Twitter*, por exemplo. Esta diversificação somente acontece nos casos I, II e III para o *Twitter*, e para o caso do *Facebook*, todos com a exceção do exemplo III. No caso de utilização de lista de e-mails, somente os dois últimos casos o fazem.

Neste contexto multiplataforma para as redes sociais, foi possível observar, através dos diversos relatos, depoimentos e registros multi midiáticos (dos quais alguns são apresentados nas imagens das figuras seguintes), mudanças de comportamento no uso dos espaços urbanos, assim como modificações nas estruturas físicas provocadas a partir da discussão, reflexão e apropriação das informações contidas nas interações geradas, assim como, das ações nascidas e organizadas dentro destas mesmas redes. A organização de atividades e questionamentos sobre uso dos espaços urbanos a partir dos espaços virtuais de eventos e coletivos tem conseguido modificar a participação física ou presencial (não virtual) de pessoas que, observando os relatos textuais e áudio visuais (fotografias, vídeos e gravações de áudio), sentem-se mais confortáveis para retomarem o contato com certos espaços urbanos como: praças, largos, parques, espaços culturais e, inclusive, a própria rua que, tradicionalmente (antes da arquitetura e do urbanismo modernos transformarem a cidade), é um espaço público de interação e não só de circulação⁶. Além disso, é necessário considerar o advento da ubiquidade da Internet e a onipresença que a mesma vem tomando através dos dispositivos móveis. Tais dispositivos possuem a capacidade de interagir com os próprios espaços físicos, movendo as interações para fora das estações de trabalho, tornando-se *pervasiva*⁷ na vida cotidiana (ARAUJO,

⁶ As redes, através de suas interações, trazem também relatos negativos sobre segurança que podem terminar por afastar o cidadão dos espaços e vias urbanos. Um exemplo para isso são os relatos recorrentes de mulheres assaltadas no bairro de Amaralina, na cidade de Salvador, quando por ali trafegam de bicicleta. Devido aos relatos recorrentes de roubos, muitas pessoas do sexo feminino têm evitado esta via.

⁷ Pervasivo: aquilo que se espalha, que se infiltra, que penetra de maneira difusa.

2003): ou seja, equipamentos, *chips*, dispositivos (móveis) passam a conversar com os espaços físicos movimentando dados dentro da dinâmica social vivida pelas pessoas em seus mais diversos aspectos. Neste ponto, a linha de separação entre o espaço virtual e o espaço físico é cada vez mais tênue na medida em que a internet móvel aproxima – e às vezes conecta e sobrepõem – os dois espaços.

Entre estes desdobramentos das interações, podemos citar, no caso PortoAlegre.cc, intervenções de limpeza e encontros de lazer em espaços públicos, como apresentado na figura 6. Neste mesmo projeto, foram organizadas oficinas presenciais de discussão sobre as próprias ferramentas digitais, debatendo sobre como melhor se apropriar e potencializar seus usos, apresentadas na figura 7. Outros exemplos de impacto direto no espaço urbano podem ser vistos na figura 8, com ações de grupos pro bicicleta ou com ações do projeto Canteiros Coletivos. Um desdobramento específico a ser considerado foi a mobilização organizada através de uma rede social solicitando a criação de paraciclos em um grande *shopping center* de Salvador. Após a realização local da manifestação, a direção do estabelecimento decidiu por mudar a estrutura de seu estacionamento para carros e abrir espaço para estacionamento específico de bicicletas ⁸.

A partir das observações dos exemplos de iniciativas analisadas e dos resultados obtidos pelas mesmas, é possível também observar, entre todos estes casos, o desenvolvimento de diversas características evidenciadas na seção 2, colaborando para o fortalecimento e estruturação destas comunidades/coletivos. Aspectos como identidade, ampliação da cidadania e bem-estar social, pertencimento e sentimento de comunidade,



Figura 6. Encontro de em espaço público e intervenção de limpeza promovidos pelo projeto PortoAlegre.cc

⁸ Sítio do evento criado na rede social Facebook:
<http://www.facebook.com/events/108945589196648/>

permanência e ocupação dos espaços, entre outros, mas, especialmente, a questão da territorialidade, que, juntos, são a base para as relações sociais. Dentro dos exemplos observados, é possível perceber uma ampliação, por parte dos integrantes destes coletivos, das suas capacidades de localização, deslocamento e de apreensão da realidade, pois são trabalhados diversos sentidos, diferentes hábitos, culturas e interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e se deslocar, pontos de influência direta na questão da territorialidade.

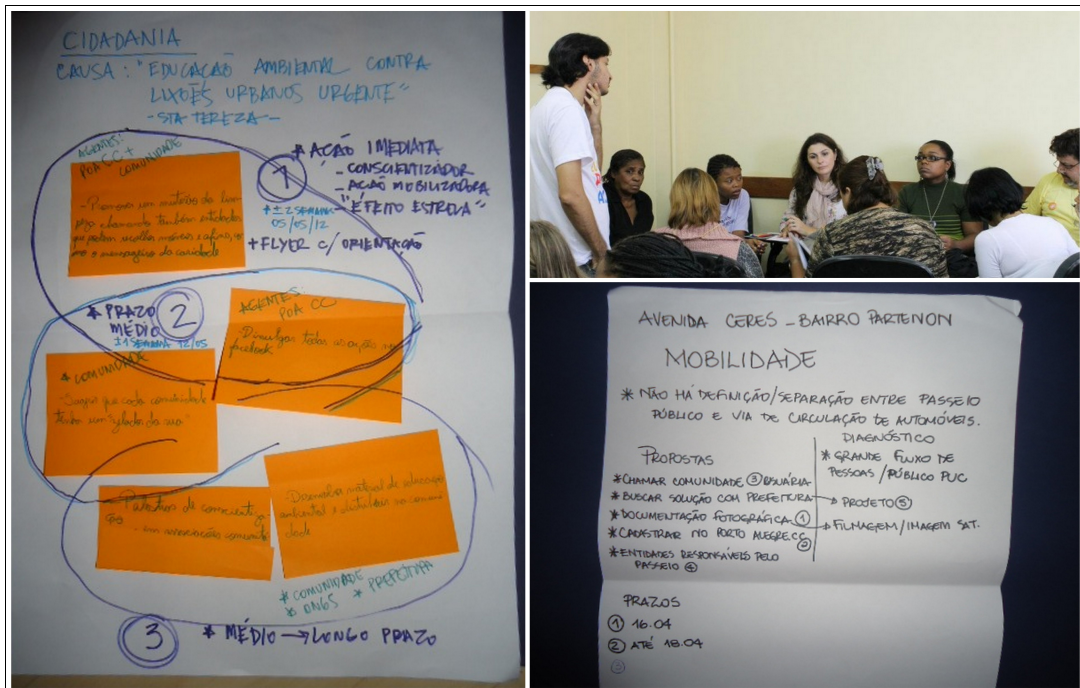


Figura 7. Oficina sobre ferramentas digitais - PortoAlegre.cc



Figura 8. Ações de intervenção do projeto Canteiros Coletivos, assim como manifestações e encontros em prol da bicicleta, resultando inclusive na adaptação dos espaços de estacionamento.

Ainda como exemplo importante de utilização das RSD e desdobramentos em questões urbanísticas, o Movimento Desocupa⁹ surge em Janeiro de 2012, em Salvador, organizado e divulgado pelas RSD, sendo o *Facebook* a rede mais importante no momento inicial. O caso do Movimento Desocupa tem início com um evento de reivindicação pela retirada de um camarote particular da Praça de Ondina para o carnaval do mesmo ano, mas que ocupava e bloqueava todo acesso à mesma e à parte da praia desde Dezembro de 2011. A partir desta manifestação formou-se uma grande rede de pessoas interessadas em continuar discutindo e manifestando sua indignação com as questões políticas e jurídicas no âmbito do urbanismo e seus espaços em Salvador. Esta rede de pessoas organizou novas manifestações (fig. 9) e passou a organizar diversos eventos que discutiam e discutem os problemas da cidade, com o título “A cidade que queremos” (fig. 10). A presença de promotores, vereadores, deputados estaduais e federais, representantes de Conselhos Regionais de Urbanismo e Engenharia e do Instituto Brasileiro de Arquitetos a estes eventos mostrou a relevância do movimento e dos temas tratados pelo mesmo.



Figura 9. Registros das diversas manifestações do Movimento Desocupa.

O grupo formado passou a fazer uso intensivo de diversas redes sociais como: 1) *Facebook*, através da criação de um fórum que conta hoje com aproximadamente 3600 membros e com uma média superior a 20 postagens e publicações diárias; 2) Lista de e-mails, que engloba todas as pessoas que participam presencialmente das reuniões, contando hoje com mais de 50 pessoas e mais de 1700 mensagens trocadas, 3) *Twitter*,

⁹ Mais informações sobre o movimento podem ser obtidas em:
<http://movimentodesocupa.wordpress.com/>

onde totaliza mais de 1500 pessoas entre seguidores e pessoas que são seguidas; 4) *Blog do Movimento*, onde são organizados e publicados os textos de manifesto, denúncias e também convites para eventos e manifestações.



Figura 10. Eventos organizados pelo movimento com representantes da sociedade civil , Ministério Público , Câmara de Vereadores, Universidade Federal da Bahia e Conselhos Regionais.



Figura 11. Reuniões semanais do Mov. Desocupa que acontecem todos os sábados.

Este grupo de pessoas passou a se reunir presencialmente todos os sábados (fig. 11) e através de uma atuação mista reunindo tanto o virtual como o presencial, vem realizando várias ações no sentido de denunciar e combater os crimes urbanísticos que têm sido promovidos pelo poder executivo municipal e estadual em diferentes níveis entre 2007 a 2012. Além de duas passeatas organizadas virtualmente, que levaram mais de 2000 pessoas às ruas (fig. 9), muitos diálogos e ações junto às esferas jurídicas, como o Ministério Público Estadual e Federal, além da Defensoria Pública, vêm sendo realizados, fruto justamente das interações virtuais e presenciais. Estas ações e diálogos tem dado respaldo popular, técnico e jurídico a muitas destas instituições no sentido de estimular processos e atos que privilegiem e respeitem as leis urbanísticas e de meio ambiente. Nestes diálogos, outros grupos já constituídos e conselhos regionais de Salvador tem se aproximado e interagido. Com isso, algumas iniciativas surgiram para fomentar a criação coletiva de planos urbanos e planos populares de bairro, como é o caso do Bairro 2 de Julho, no centro de Salvador, e do Plano Salvador, promovido pelo IAB-BA¹⁰. Com isso, o exemplo do Movimento Desocupa se diferencia dos demais ao tratar as questões urbanas nos planos político e jurídico, atuando de maneira macro.

5 - Conclusões e Trabalhos futuros

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta para reencontro e ocupação dos espaços e os meios urbanos é hoje uma realidade. Este uso permitem, entre outras coisas, que cidadãos conectados entre si realizem uma espécie de *crowdsourcing*¹¹ urbano, em que tanto problemas são resolvidos como intervenções são feitas de forma coletiva, fazendo acontecer transbordamentos do conhecimento coletivo (COCCO et al, 2003) existente dentro das redes sociais. Entre os exemplos analisados, é possível observar a influência destes sobre diversos aspectos da vida cotidiana nos meios urbanos, em especial a questão da territorialidade e da possibilidade de ampliar a apreensão da realidade e a interação com o meio em que se vive. A esfera pública passa a ter uma constituição heterogênea em que diversos atores, com os mais diferentes perfis e meios de acesso, passam a influenciar nas questões, usos e espaços urbanos. No entanto, a depender do contexto e da forma que os mesmos sejam utilizados pela esfera pública, alguns destes projetos servem muito mais para conhecer os problemas do que propriamente para solucioná-los, requerendo intervenções do poder público ou de outros

10 Ambos podem ser acessados, respectivamente, nos endereços a seguir:

<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/08/27/participe-da-construcao-do-plano-popular-do-bairro-2-de-julho/>

<http://www.projeto-salvador.org/>

11 O *crowdsourcing* é considerado um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo e soluções (CROWDSOURCING, 2011).

agentes. Além disso, os espaços legislativos e jurídicos passam a ser pautados também pelas interações nas RSD, fato que vem a influenciar no fazer urbanístico nestes espaços de impactos indiretos.

Nesta perspectiva, uma das ideias de trabalhos futuros é analisar as redes formadas e seu funcionamento a partir dos conceitos de análise de redes sociais, identificando fatos e atores relevantes e concentradores, quantificando os relacionamentos entre os participantes, entre outras possibilidades de avaliação.

1 Referências

ARAUJO, R. B. de, **Computação Ubíqua: Princípios, Tecnologias e Desafios**. In: XXI Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores, Natal, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

BRUNET, K. . **Colaboração e Internet: propondo uma taxonomia de formatos de colaboração em projetos de network**. v.32, n.1, p. 69-87, Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, 2009.

CASTELLS, M. **The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks and Global Governance**. In: The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, p. 90, Ed. SAGE, 2008.

_____, M. **A sociedade em rede**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2009.

COCCO, G., GALVÃO, A.P., SILVA, G (orgs). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Tradução. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

CROWDSOURCING. In: WIKIPEDIA. 19 /10/2011. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Crowdsourcing>>. Acessado em: novembro de 2011.

LARA, M. G. L. LIMA, V. M. L. **Termos e Conceitos sobre Redes Sociais Colaborativas**. In: Redes Sociais e Colaborativas: em Informação Científica. p. 610, Angellara Editora, São Paulo, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. p 105-119, Editora Centauro, São Paulo, 2001.

LEMONS, R. **Entrevista concedida ao Instituto Humanista Unisinos sobre a transformação da democracia através das redes sociais**. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=45839. Acessado em: 08/2011.

MARANDOLA Jr. Dal GALLO, P.M. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais**

da migração. *In:* VI Encontro Nacional sobre migrações, Belo Horizonte, 2009.

MARTELETO, R. M.; STOTZ, E. N. **Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré.** Rio de Janeiro: Fiocruz, Belo Horizonte: UFMG, 2009.

PEREIRA, G. C. ; ROCHA, M. C. F.; POPLIN, A. **e-Participation: Social Media and the Public Space.** *In:* Cities, Technologies and Planning, part of ICCSA, p. 491-501, Salvador, 2012

PERUZZO, C.M.K. *et al.* **Comunidades em tempo de redes.** *In:* “Comunicación y movimientos populares: ¿Quais redes?”. p.275-298, Editora Unisinos, Porto Alegre, 2002.

PORTES, A. **Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea.** Revista Sociologia, problemas e práticas. n.º 33, p. 133-158, Ed. Mundos Sociais, Lisboa, Portugal, 2000.

RECUERO, R.C. **Comunidades virtuais - uma abordagem teórica,** *in:* **V seminário Internacional de Comunicação, GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias,** Rio Grande do Sul: PUC/RS, 2001

RICETO, A., SILVA, V.P. O território como categoria de análise da Geografia. **Revista Caminhos de Geografia,** v. 9, n. 28, p. 146 - 152, Instituto de Geografia, UFU, Uberlandia, Minas Gerais, ISSN 1678-6343, 2008.

ROCHA, M.C., CORSO, G. **Mídias sociais e espaços de participação,** *In:* Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade: Mídias Sociais, Saberes e Representações, Salvador, 2011

_____, M.C., CORSO, G. **De consumidor a produtor de informação: Participação pública no contexto da nova cultura tecnológica,** Cadernos PPG-AU/UFBA, Vol. 9, edição especial - Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/5113>>. Acessado em Novembro de 2011

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma geografia crítica.** Editora USP, São Paulo, 2002.

SERPA, A. **Apropriação sócio-espacial dos meios de comunicação. Estudos de caso em Berlim e Salvador.** v. 9, edição especial – Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, p.63-72, Cadernos PPG-AU/FAUFBA, Salvador, 2010. Disponível em:

< <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/5112/3701> >

Acessado em: Novembro de 2011.

SILVEIRA, S. A. da. **Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública.** In: Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder, p. 31-50, EDUFBA, Salvador, 2008

STOTZ, E. N. **Redes sociais e saúde.** In: MARTELETO, R. M.; STOTZ, E. N. Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré. p. 27-42, Rio de Janeiro: Fiocruz, Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. ***Social Network Analysis: Methods and Applications.*** Cambridge, Cambridge University Press, Massachusetts, 1994.